

PROJETO DE LEI N.º 156 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

1328
Câmara Municipal
CACEQUI - RS
Prot. 4.638/23 Pag. 198
Data 27/12/23
Assinatura _____ Hora _____

ALTERA OS ARTIGOS. 1º E 3º DA LEI 4.638/23 E DÁ NOVA REDAÇÃO.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ASSUMIR E PROMOVER O PARCELAMENTO DIMINUÍDO DA DÍVIDA DE ENERGIA ELÉTRICA DO HOSPITAL DE CACEQUI JUNTO À EMPRESA RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. E OFERECER GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA PAULA MENDES MACHADO DEL OLMO, PREFEITA MUNICIPAL DE CACEQUI, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, no Art. 66 e seguintes, autoriza.

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 4.638 de 06 de dezembro de 2023, que passam a ter a seguinte redação.

“Da Lei 4.638/2023

Art. 1º - Fica o MUNICÍPIO DE CACEQUI autorizado a assumir, promover e garantir o parcelamento da dívida de energia elétrica junto à concessionária de serviço público essencial de distribuição de energia elétrica, RGE SUL Distribuidora de Energia Elétrica S.A., decorrente do consumo do HOSPITAL DE CACEQUI, no valor R\$ 446.094,24 (quatrocentos e quarenta e seis mil e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), referente aos débitos da unidade consumidora 3092199689, já devidamente atualizado e acrescidos de encargos, conforme planilha de cálculo anexada a presente Lei.

Art. 3º - O valor da dívida referido no art. 1º será pago pelo Município à RGE nas seguintes condições:

I - 48 (quarenta e oito) parcelas no valor de R\$ 9.293,63 (nove mil e duzentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos), com início dos pagamentos em 15/12/2023, sendo que os pagamentos das demais parcelas ocorrerão a cada dia 15 de mês subsequente.”

Art. 2º - As despesas do parcelamento ficarão a cargo do MUNICÍPIO DE CACEQUI, conforme dotação orçamentária do ano de 2024.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA
Em _____
Presidente _____
27/12/23

Gestão 2021-2024

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO
E DEFESA DO CONSUMIDOR
Em _____
Presidente _____
27/12/23

A ORDEM DO DIA
Em _____
Presidente _____
27/12/23
APPROVADO
Em _____
Presidente _____



GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, EM 27 DE DEZEMBRO DE
2023.


ANA PAULA MENDES MACHADO DEL OLMO
PREFEITA MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA
SENHOR PRESIDENTE
SENHORES VEREADORES

Trata-se o presente Projeto de Lei em que altera os artigos. 1º e 3º da lei 4.638/23 e dá nova redação que autoriza o poder executivo a assumir e promover o parcelamento diminuído da dívida de energia elétrica do hospital de Cacequi junto à empresa RGE SUL distribuidora de energia S.A. e oferecer garantia e dá outras providências.

A necessidade da autorização desse Poder Legislativo é indispensável às necessidades enfrentadas pelos gestores municipais na busca pela isonomia e bom governo do Município.

Ademais, a redução dos valores de empréstimos e parcelamentos pode ser vista como uma medida de proteção à Administração Pública, evitando que assuma dívidas excessivas e, conseqüentemente, enfrente dificuldades financeiras.

No ponto, a diminuição dos valores de empréstimos pode ser justificada como parte de uma estratégia mais ampla de promoção da educação financeira Municipal. Isso incentiva a Administração a tomar decisões mais conscientes em relação às suas finanças, compreendendo melhor as implicações de empréstimos e parcelamentos.

A medida pode ser justificada como parte de uma abordagem mais ampla de políticas públicas voltadas para o bem-estar social Municipal, buscando garantir que as condições econômicas sejam mais equilibradas e acessíveis dentro das finanças Municipais.

Reduzir os valores de empréstimos pode ser visto como uma estratégia preventiva contra a formação de bolhas financeiras, evitando que o Município fique ilhado de dívidas excessivas em momentos de euforia econômica que podem resultar em crises financeiras.

Ao apresentar um Projeto de Lei com essas justificativas, é importante considerar o equilíbrio entre a proteção do consumidor (Erário) e a manutenção de um ambiente financeiro saudável e funcional. Além disso, é fundamental realizar uma análise aprofundada dos impactos econômicos e sociais dessa proposta.

Esse Projeto de Lei é resultado de intenso esforço técnico, político e administrativo, desenvolvido pelo Poder Executivo.

Além do mais, modifica a Lei citada, com o intuito de diminuir o valor e as parcelas repassadas à empresa RGE SUL S.A, decaindo a oneração imposta aos cofres públicos, que tanto sofrem neste país ultimamente.

O sistema legal de fomento vigente não estabelece “*enforcement*” necessária para a adequação dos recursos ao estímulo de serviço.

Sendo assim e com as considerações ora apresentadas, submeto o presente à análise dos nobres Edis, que primam sempre pelo sagrado interesse público, razão pela qual conto com a boa receptividade e consequente aprovação do referido Projeto de Lei.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar aos Ilustrados representantes da comunidade, os protestos de elevado apreço e estima.

Atenciosamente.

Cacequi, 27 de dezembro de 2023.



ANA PAULA MENDES MACHADO DEL OLMO
PREFEITA MUNICIPAL